

## *Orçamento de 92 deve ter cortes adicionais*

BRASÍLIA — O esforço de arrecadação previsto para 1992, de Cr\$ 2,7 trilhões a preços de abril, dificilmente terá sucesso, de acordo com assessores do Ministério da Economia. Para compensar essa perda de receita o governo deverá efetuar cortes adicionais no Orçamento Geral da União para o ano que vem. Os cortes atingirão os três poderes — Executivo, Legislativo e Judiciário —, mas os maiores prejudicados serão os Estados e municípios, que tinham Cr\$ 818 bilhões de transferência vinculados ao esforço de arrecadação e à cobrança de 20% da dívida ativa (dívidas de pessoas físicas e jurídicas com a União).

A previsão dos assessores é de que os ministérios e órgãos da administração direta federal começarão a sentir nos próximos meses um rigoroso corte nos gastos. Um técnico da Secretaria Nacional de Planejamento garantiu ontem que o governo não pretende enviar ao Congresso projeto suplementar para socorrer a

administração pública. "Não é má vontade, mas sim falta de dinheiro", explicou o técnico. A execução do orçamento deste ano está difícil porque o projeto orçamentário saiu do Congresso com previsão de inflação maior do que a que está ocorrendo. Por isso, a receita do Tesouro é bem menor do que a prevista. "Talvez se consiga cumprir 70% do orçamento", prevê o técnico.

Até 1990, o orçamento da União sempre estimou uma inflação mais baixa, subestimando a receita. Como a inflação era sempre maior do que a prevista no orçamento, a receita, que estava indexada à inflação, acabava sendo maior que a prevista. A sobra de receita resultante do projeto orçamentário e da receita efetiva era convertida em projetos suplementares que cobriam as despesas de custeio da máquina administrativa corroídas pela inflação. "Agora, em vez de crédito suplementar vai haver um corte maior", explicou o assessor.